

A LOUSA DE BUTLER: notas sobre a inserção dos estudos de gênero no ensino de Jornalismo¹

BUTLER'S BLACKBOARD: notes about the insertion of gender studies in journalism education

Gean Oliveira GONÇALVES²
Universidade de São Paulo | Brasil

Resumo

Este artigo apresenta alguns apontamentos sobre a inserção dos estudos de gênero no ensino de Jornalismo. Dentre os aspectos que serão priorizados nessa reflexão, estão o modo como a virada epistemológica proveniente dos estudos sobre as mulheres, sobre os feminismos e sobre os movimentos LGBT na segunda metade do século XX se espalhou nos estudos da comunicação, das mídias e do jornalismo e, na atualidade, podem ser interpretados como parte dos saberes necessários à constituição de jornalistas mais sensíveis, mais abertos às narrativas complexas e plurais em vozes, em sentidos e em experiências. Para isso, analisa-se o conteúdo programático de disciplinas dedicadas às relações entre estudos de gênero, mídia e jornalismo ofertadas como conteúdo optativo aos estudantes de jornalismo em quatro universidades públicas brasileiras.

Palavras-chave

Estudos de Gênero; Ensino de Jornalismo; Currículo; Disciplinas; Epistemologia.

Abstract

This article presents some comments about the insertion of gender studies in the teaching of Journalism. The aspects that will be prioritized in this reflection is how the epistemological turn stemming from studies of women, feminisms and LGBT movements in the second half of the twentieth century has spread to communication, media and journalism studies, and nowadays be interpreted as part of the knowledge necessary for the constitution of more sensitive journalists, who are more open to complex and plural narratives in voices, senses and experiences. For this, we will analyze the disciplines program devoted to the relations between gender studies, media, and journalism offered as optional content to journalism students in four Brazilian public universities.

Keywords

Gender studies; Journalism Education; Curriculum; Subjects. Epistemology.

RECEBIDO EM 28 DE AGOSTO DE 2019
ACEITO EM 23 DE OUTUBRO DE 2019

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.

² JORNALISTA. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, sob orientação da professora Dra. Cremilda Medina. Membro do grupo de pesquisa Epistemologia do Diálogo Social (ECA/USP). Bolsista CNPq. Contato: geangoncalves@usp.br.

Introdução

A busca pelas aventuras humanas dos anônimos é um flanco de inquietação epistemológica que há muito estimula um outro jornalismo, um jornalismo que não se atém unicamente a vigília do poder ou que se fecha na prática de tribuna. É essa insatisfação que alimenta a pesquisa do diálogo social de Cremilda Medina (2003) e em conjunto com essa vertente de compreensão — que identifica o jornalista como um leitor cultural, responsável pela promoção de uma linguagem relacional com o caos humano por meio das narrativas e discursos da atualidade — é que o presente estudo se coloca a observar os subsídios à disposição do educando em jornalismo em momentos pedagógicos voltados à compreensão das relações de gênero.

As disciplinas que especificamente abordam gênero nos cursos de jornalismo passaram a existir, nos últimos anos, em virtude do interesse crescente dos estudiosos do campo da comunicação nas teorias de gênero, algo alcançado pelo diálogo com a antropologia, a sociologia, a filosofia, a psicologia e a educação, e nessas áreas do conhecimento, pela influência dos estudos pós-estruturalistas, pelos estudos culturais e pelos estudos da subalternidade, além da presença marcante das feministas e das LGBT na academia após os anos 1970³.

Tentar identificar todos os pesquisadores com intervenções e investigações nas relações entre desigualdades, gênero e jornalismo pode ser uma tarefa com severos prejuízos de reconhecimento. Todavia, faço algumas significativas menções de pesquisadoras e pesquisadores da comunicação que estimularam esse movimento, é possível pensar, desde o pioneirismo de Dulcília Helena Schroeder Buitoni e de Alice Mitika Koshiyama, em São Paulo, de Ana Carolina Escosteguy, no Rio Grande do

³ Recomenda-se a leitura da tese de Tainan Pauli Tomazetti (2019), sobre as genealogias dos estudos de gênero na comunicação, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sul, e de Denilson Lopes, no Rio de Janeiro, até as movimentações promovidas nos estudos em jornalismo por meio de livros temáticos e dossiês em periódicos, além dos grupos de trabalhos (GTs) em congressos e grupos de pesquisa, que estão ligados a Karina Janz Woitowicz e a Paula Melani Rocha (da Universidade Estadual de Ponta Grossa), a Carlos Magno Camargos Mendonça (da Universidade Federal de Minas Gerais), a Marcia Veiga da Silva (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), a Monica Martinez (Universidade de Sorocaba) e a Claudia Lago (Universidade de São Paulo).

Como ato social, repousa no jornalismo a capacidade de apresentar sentidos, de constituir diálogos. Desse modo, o jornalismo pode ser um modo de reiterar concepções de gênero ao mesmo tempo que possibilita discursos de ruptura. “O jornalismo constrói suas narrativas tomando como base principalmente o discurso tecido pelos envolvidos” (LAGO, 2014, p.182). Portanto, há no jornalismo discursos de gênero, os sentidos socioculturais que estão em disputa.

Corroboram com essa ideia, os apontamentos de Cremilda Medina (2006) para quem as mediações jornalísticas são constituídas de três famílias de conteúdos: serviços informativos, a reportagem e a opinião assinada. Ao informar, interpretar e opinar, o jornalismo pode consagrar (administrar) ou ampliar (transformar) os modos de ver e de se relacionar com o mundo.

Como narrativa cultural, o jornalismo detém potências: de apresentar uma sociedade plural, de interpretar disputas e conflitos, de questionar as posições centrais e as marginais. No jornalismo, e não poderia ser diferente, a heterossexualidade é abordada como referência, como norma. Na maior parte das narrativas se dá ressonância a sentidos hegemônicos de gênero, algo observado em estudos como o de Veiga da Silva (2010). Se estabelece uma coerência a profundas imposições

culturais. Nesse contexto, muitas das representações operam pela reiteração dos sentidos legitimados culturalmente.

De modo que o jornalismo muitas vezes, sutilmente, valoriza determinadas posturas, estilos e práticas masculinas na política, no trabalho, no esporte e na cidadania por meio da apreciação do poder, da liderança, da competição e da violência. Já as posturas, estilos e práticas femininas são alinhadas ao materno, em torno da beleza, da família, da vida doméstica, do sexo e da saúde. Tais sugestões são exercidas mais diretamente em revistas de gênero, as revistas femininas conformadoras, segundo Buitoni (2014), e o jornalismo predicativo da masculinidade, conforme visto por Machado (2017), mas também estão presentes nas demais narrativas dos livros, do jornal, do rádio, da TV e da internet, em conjunto com movimentos de subversão de gênero (DARDE e MORIGI, 2012; GONÇALVES e MEDINA, 2018; GONZATTI, 2017).

Importa aqui, portanto, articular algumas percepções e compreensões sobre como esse debate ocorre junto aos futuros profissionais do jornalismo. Como se dá essa crítica no ensino do jornalismo? Como projetar um jornalismo atento a tais questões quando persiste a ensinar a herança positivista (a objetividade, a narração da realidade, a verdade, os dados)?

É certo que muitas dessas questões só podem ser conhecidas com o devido mergulho no ambiente pedagógico, tendo em vista os aspectos ligados à inserção dessas disciplinas, os caminhos e obstáculos construídos, as estratégias de transversalidade do tema e como cada docente obteve experiência com o tema. Portanto, com um estudo de caso. No entanto, parece relevante construir uma sondagem analítica das propostas didáticas dedicadas a uma perspectiva crítica de gênero dentro dos cursos de jornalismo, uma vez que é por meio delas que se passa a

atentar que as concepções de gênero constituem parte das relações de poder e de desigualdade.

O desafio de interpretar o gênero

Na atualidade, a complexidade humana da questão do gênero é silenciada pelos defensores de uma ordem binária e da natureza, aqueles alinhados as políticas de retrocesso, mas cujo mero debate ou menção, na opinião deles, configuraria uma ideologia, isto é, uma tentativa de confundir deliberadamente as identidades das crianças, de modo que elas poderiam vir a se identificar como travestis e transgêneros ou como pessoas que duvidam do gênero a elas atribuído ao nascer.

Com ampla vocalização desde os anos 1960, o termo gênero ocupou um espaço central em boa parte das leituras e das críticas das estudiosas feministas. Inicialmente, o conceito foi desenvolvido a partir da leitura de *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, mas expresso conceitualmente pela antropóloga feminista Gayle Rubin, no artigo *The Traffic in Women: notes on the political economy of sex*, de 1975, com forte ligação a ideia de “sexo”, na tentativa de criar uma leitura crítica a partir das diferenças físicas e biológicas inscritas nos corpos. A sua aplicação funcionava como uma forma de reconhecimento das questões sociais e culturais que constituem um sistema de diferenciação e de desigualdade entre homens e mulheres. Portanto, a maioria das pesquisadoras, figuras como Gayle Rubin, Joan Scott, Donna Haraway e Judith Butler, não negaram a existência de fenômenos biológicos que diferenciam os corpos de homens e mulheres, pelo contrário, abriu-se a leitura de um problema complexo: o fazer desfazer de corpos políticos a partir de diferenças sociais, culturais e naturais.

A estudiosa norte-americana Linda Nicholson (2000, p. 2) explica que gênero “tem suas raízes na junção de duas ideias importantes do

pensamento ocidental moderno: a da base material da identidade e a da construção social do caráter humano”. Dessa forma na distinção masculino/feminino, presente no pensamento do século XX, há a ideia de socialização, o biológico é visto como um dado, é assumido como a base sobre a qual se constituirão significados culturais.

O corpo é visto como um tipo de cabide de pé no qual são jogados diferentes artefatos culturais, especificamente, os relativos a personalidade e comportamento. Tal modelo permitia às feministas teorizar sobre o relacionamento entre biologia e personalidade aproveitando certas vantagens do determinismo biológico, ao mesmo tempo em que dispensava certas desvantagens (NICHOLSON, 2000, p. 4).

Essa noção é rotulada pela filósofa Nicholson como “fundacionalismo biológico”, ou seja, a coexistência dos dados da biologia com aspectos sociais, comportamentais e da personalidade. Tal compreensão possibilitou, ao contrário do determinismo biológico, o reconhecimento das diferenças entre mulheres, mesmo que de forma limitada, perpetuava-se um olhar quase que exclusivo ao que há de comum entre as mulheres: a causa das desigualdades e opressões compartilhadas em virtude do corpo.

Não estou refutando a ideia de que todas as sociedades possuem alguma forma de distinção masculino/feminino. Todas as evidências disponíveis parecem indicar que elas possuem. Também não refuto a possibilidade de que todas as sociedades de alguma forma relacionem essa distinção com o corpo. O que acontece é que diferenças no sentido e na importância atribuídos ao corpo de fato existem. Esses tipos de diferenças, por sua vez, afetam o sentido da distinção masculino/feminino. A consequência é que nunca temos um único conjunto de critérios constitutivos da “identidade sexual” a partir do qual se possa inferir alguma coisa sobre as alegrias e as opressões inerentes ao “ser mulher”. Pensar o contrário nos leva ao erro. (NICHOLSON, 2000, p. 7)

Nesse ponto, Nicholson (2000) indica que para enfraquecer a tendência de pensar em identidade sexual como algo dado pela natureza e comum entre todas as culturas é necessário recorrer às leituras históricas. Acrescenta-se ainda o peso das investigações antropológicas

para tanto. Todavia, é uma convocação que implica sumariamente abordar as contribuições de Joan Scott para os estudos de gênero.

A historiadora norte-americana Joan Scott desempenhou papel fundamental aos estudos de gênero ao indicar que não é suficiente para a História provar que as mulheres tiveram uma história ou que elas atuaram nos principais fatos e transformações das trajetórias das civilizações ocidentais. A autora aciona a necessidade de se aplicar o gênero como categoria de análise para assim tentar compreender a história do passado e as práticas históricas atuais, o modo como o gênero organiza sentidos nessas relações sociais humanas.

Gênero inclui as mulheres sem nomeá-las e “é utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro” (SCOTT, 1989, p. 7). A partir dessa interpretação, Joan Scott analisa

Como podemos explicar no seio dessa teoria a associação persistente da masculinidade com o poder e o fato de que os valores mais altos estão investidos na virilidade do que na feminilidade? Como podemos explicar o fato de que as crianças aprendem essas associações e avaliações mesmo quando elas vivem fora de lares nucleares ou dentro de lares onde o marido e a mulher dividem as tarefas parentais? Eu acho que não podemos fazer isso sem dar certa atenção aos sistemas de significados, isto é, às maneiras como as sociedades representam o gênero, o utilizam para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. (SCOTT, 1989, p. 15)

A autora se aproxima da visão pós-estruturalista para sublinhar o papel dos sistemas de significação na comunicação, interpretação e representação de gênero. É por meio da ordem simbólica que se é construída a identidade de gênero, ou seja, a identificação de gênero é um processo instável e que indica processos de diferenciação e de distinção. “Esse tipo de interpretação torna problemáticas as categorias “homem” e “mulher” sugerindo que o masculino e o feminino não são

características inerentes e sim construções subjetivas (ou fictícias) ” (SCOTT, 1989, p. 16).

É interessante notar que Scott defende (e executa) uma crítica da categoria, uma autocrítica. Ela defende que “a história do pensamento feminista é uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino; nos seus contextos específicos é uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos” (1989, p. 19) e que meios de análise (mesmo que imperfeitos) estão em desenvolvimento, e abertos à crítica, dentro das teorias de gênero.

É nessa caminhada epistemológica que Scott alcança uma possível definição do conceito de gênero como uma reivindicação de um lugar de saber e resistência capaz de indicar o caráter inadequado das demais correntes de pensamentos existentes em compreender as desigualdades persistentes entre mulheres e homens. Dessa forma, o gênero é uma forma primária de significar as relações sociais de poder com base nas diferenças percebidas entre os sexos.

O gênero, na visão de Scott (1989), implica: (1) os símbolos culturalmente disponíveis; (2) as afirmações normativas que tentam limitar e conter as possibilidades do masculino e do feminino em uma oposição binária, na qual há entre os dois uma posição dominante; (3) o fazer político por meio das instituições e organizações sociais; (4) a identidade subjetiva, a função de legitimação do gênero na construção de si.

No encontro das obras da professora filósofa Judith Butler, inicialmente com *Gender Trouble* [Problemas de Gênero] (1990, publicado pela primeira vez no Brasil em 2003) com a sua obra mais recentemente publicada: *Notes Toward a Performative Theory of Assembly* [Corpos em Aliança e a Política das Ruas] (2015, publicado no Brasil em 2018), atém-se ainda a interpretação do gênero como performatividade. Dizer que o

gênero é performativo indica que se trata de um significado produzido na enunciação (nos atos corporais), a ação traz algo à existência. Os efeitos do fazer gênero, isto é, do ir de encontro a certos significados de gênero, dão a impressão individual e social do ser homem ou do ser mulher.

Judith Butler (2003, p. 59) indica que “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”. A noção de Butler para o gênero enfatiza que ninguém pertence a um gênero desde o nascimento, mas que o produzimos (de forma citacional e com deslizos, incoerências) por meio de um diálogo subjetivo, cultural e social ao longo do tempo. O interessante dessa leitura, vale frisar, é que os sujeitos podem executar ou viver atos subversivos de gênero. Estar ou entrar em confronto com as normas de gênero, aquelas que são frutos de uma matriz heterossexual.

No caso do gênero, as inscrições e interpelações primárias vêm com as expectativas e fantasias dos outros que nos afetam, em um primeiro momento, de maneiras incontrolláveis: trata-se da imposição psicossocial e da inculcação lenta das normas. Elas chegam quando mal podemos esperá-las, e seguem conosco, animando e estruturando nossas próprias formas de capacidade de resposta. Essas normas não estão simplesmente impressas em nós, marcando-os e estigmatizando-nos como tanto outros destinatários passivos de uma máquina de cultura. Elas também nos “produzem”, mas não no sentido de nos trazer à existência ou de determinar estritamente quem somos. Em vez disso, informam os modos vividos de corporificação que adquirimos com o tempo, e esses modos de corporificação podem se provar formas de contestar essas normas, até mesmo rompê-las (BUTLER, 2018, p. 36-37).

Por mais que a proposta de Butler pareça pensar unicamente no sujeito, a autora (2018) vem se atentando as manifestações coletivas, demonstrações públicas de rejeição às desigualdades e precariedades induzidas social e economicamente sobre determinados corpos. No mundo contemporâneo, se vê com mais frequência, nas considerações de Judith

Butler, a constituição de alianças entre grupos e populações consideradas “descartáveis”, como é o caso de marchas e atos em conjunto orquestrados por organizações feministas e grupos LGBT. Desde a publicação da obra que detalha o conceito da performatividade de gênero, Butler passou a assistir, assim como nós, o avanço de determinadas performances de gênero no espaço público, cada vez mais combativas à brutalidade policial, ao assédio, à criminalização e à patologização.

[...] sabemos que aqueles que não vivem seu gênero de modos inteligíveis estão expostos a um risco mais elevado de assédio, patologização e violência. As normas de gênero têm tudo a ver com como e de que modo podemos aparecer no espaço público, como e de que modo o público e o privado se distinguem, e como essa distinção é instrumentalizada a serviço da política sexual (BUTLER, 2018, p. 41).

São “novos” sujeitos humanos que demandam reconhecimento – excluídos que se nomeiam, abraçam a distinção estrategicamente e que aparecem tendo em vista determinadas formas de atuação e resistência e com efeito sobre os discursos dominantes:

Se aceitarmos que existem normas sexuais e de gênero que condicionam quem vai ser reconhecível e “legível” e quem não vai, podemos começar a ver como os “ilegíveis” podem se constituir como um grupo, desenvolvendo formas de se tornar legíveis uns para os outros, como eles são expostos a diferentes formas de viver a violência de gênero e como essa exposição comum pode se tornar a base para a resistência (BUTLER, 2018, p. 45)

Parte-se dessa inquietação, sobre como o jornalismo reconhece ou pode reconhecer tais grupos e vidas “ilegíveis”, para se pensar a crítica aos sistemas que condicionam normas de gênero, violência e poder e suas relações com o jornalismo tradicionalmente praticado.

Jornalismo e Gênero

As relações entre gênero e jornalismo podem ser exploradas de inúmeras maneiras. Comumente, opera-se com a representação e com as narrativas e o modo como cotidianamente estereótipos e enquadramentos nocivos reiteram sentidos hegemônicos. Como as mulheres, por exemplo,

são apresentadas nos conteúdos noticiosos. Também adentram aqui os estudos sobre imagem, imaginários, discursos e invisibilidades de determinados corpos nos conteúdos jornalísticos. Outra possibilidade são as investigações em torno da feminização do jornalismo e as condições contemporâneas do mundo do trabalho, o que exige debate desde a cultura organizacional e de trabalho nas redações até as experiências e resiliências dos jornalistas nos grupos de mídia em que atuam.

Todavia, percebe-se majoritariamente nos estudos que as relações de gênero no jornalismo são marcadas por relações de poder e de desigualdade. É significativo que o jornalismo, muitas vezes, dá projeção às vozes masculinas, vozes que socialmente estão conectadas ao poder político, econômico e científico, consideração comumente extraída de múltiplos estudos, principalmente, os que abordaremos a seguir.

Torna-se oportuno, portanto, registrar algumas considerações de pesquisas que se debruçaram de forma distinta sobre as questões de gênero no campo do jornalismo, ao analisar: (1) a cultura organizacional jornalística; (2) o papel do receptor da informação na construção do sentido; (3) a autoria do jornalista e a atuação dele frente aos limites e desafios impostos pelo protagonista social.

Para começar, vamos ao trabalho de campo feito por Marcia Veiga da Silva (2010) na ocasião do mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ao observar as rotinas jornalísticas de um grupo de profissionais, ela diz que o jornalismo se relaciona diretamente com os saberes legítimos e é constituído de gênero, fundamentalmente porque as convenções de gênero estão presentes nas subjetividades dos jornalistas, nos valores culturais e visões de mundo desses sujeitos que se expressam nos conteúdos que tecem.

A mídia e o jornalismo estão constituídos por gênero e produzem relações de gênero e de poder que resultam em saberes acerca disso. Investigar os modos como o jornalismo está perpassado por

gênero é o primeiro caminho para entender como o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicas de gênero que, em última instância, refletem a existência de um padrão heteronormativo. É perceber o jornalismo, por uma ótica de gênero, relacionado com os modos como se constrói o conhecimento sobre as coisas (e pessoas) do mundo. (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 63)

Após acompanhar em campo os profissionais, Veiga da Silva (2010) identifica que piadas, referências a pessoas e situações, trocas entre colegas, e demais elementos do cotidiano, do senso comum e dos relacionamentos formam forte índice das concepções de gênero dos jornalistas. Não foi, para ela, nada complicado interligar tais comportamentos com as escolhas e abordagens dadas as pautas, a seriedade e o poder na pauta a conectam a um olhar masculino, enquanto que a sutileza e o cotidiano são associados ao feminino, passando pela atuação dos repórteres na rua, com as fontes, no trabalho de seleção de imagens, sons e edição do conteúdo, bem como na construção em conjunto do material coletado com outros colegas e com a chefia.

Outra constatação de Veiga da Silva (2010) é que na rotina profissional, certas características mais ou menos valoradas, que incidiam nas relações de poder e prestígio, tinham vínculo direto, mas sutil, com atributos de gênero dos jornalistas. É por esse caminho que a pesquisadora afere que o gênero do jornalismo é masculino.

Na mesma instituição, a UFRGS, Pâmela Stocker (2018) constrói, por meio de sua pesquisa de doutorado, outra fundamental leitura para compreender o significado de gênero no jornalismo. Trata-se do papel do leitor nos sentidos dados às notícias e às reportagens. A pesquisadora foi de encontro aos espaços de comentários dos leitores, ambiente que muitos definem como onde se pode dizer tudo e que sobram agressões, intolerância, repulsa e ódio.

Stocker classifica a troca entre jornalismo e leitor é ampliada nos ambientes digitais, no qual se faz ver sentidos de aproximação, de

sensibilidade e alteridade, assim como ódio, ignorância e incompreensão. Neste cenário, “não se trata mais de decidir o que o público deve saber, mas sim auxiliar os leitores a colocar as coisas em ordem, oferecendo informação confiável e ordenada de forma compreensível” (STOCKER, 2018, p. 176).

A pesquisadora destaca que o jornalismo atua na construção de sentidos sobre a realidade, mas não pode ignorar as concepções dos leitores, visto que estas falas são provenientes de outros discursos histórico-culturais sobre gênero. A potência do jornalismo estaria na capacidade de conversação, de diálogo crítico com os leitores. Para Stocker (2018), o modo de construção do conteúdo jornalístico contribui com as experiências de respeito, abertura e compaixão do leitor quando o material optou por “enquadramentos mais sensíveis, fontes diferenciadas, estratégias narrativas mais plurais, a abertura para a voz e experiência do outro e a complexificação da pauta – que numa perspectiva epistemológica de gênero denotam valores do feminino (2018, 181)”.

A partir das duas pesquisas abordadas, vamos a dissertação *Signo da diversidade: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT* (GONÇALVES, 2017), defendida por este autor na Universidade de São Paulo. O estudo se dedica a compreender caminhos e estratégias aplicadas por jornalistas sensíveis à escuta das histórias de pessoas LGBT. As considerações da pesquisa também vão ao encontro dos diagnósticos de Marcia Veiga da Silva (2010) e de Pâmela Stocker (2018), se uma capta os sentidos de gênero na produção jornalística e a segunda vai ao ato da recepção, aqui se sobressai estratégias sensíveis e possíveis para desestabilizar o gênero moldado pelo jornalista (o articulador de sentidos) e pelo público (agente legítimo da comunicação jornalística).

Na dissertação, o contato com três jornalistas indicou que o processo de relação entre jornalista e protagonista social produz um

desafio dialógico no qual se colhe subsídios para que o jornalismo tenha um papel fundamental nos modos como certas existências humanas são apresentadas e compreendidas. Muitos dos impasses entre jornalistas e pessoas LGBT se deram pela incapacidade de permear-se do outro. De abandonar a intenção da divulgação, da coleta da fala de efeito, que muitas vezes fortalece as convicções do repórter e a angulação pré-definida da pauta, para um contato com efetive uma narrativa sensível, solidária e cúmplice.

Portanto, a cobertura jornalística com a devida atenção às questões de gênero só é possível com a percepção do tom dado às narrativas, da responsabilidade autoral com os aspectos visuais, com quem está escrevendo, com quem é fotografado/filmado, com os especialistas consultados e com o público que é o alvo da mediação social, parte fundamental dessa interação simbólica.

Estudos de Gênero nos cursos de Jornalismo

Grandes transformações podem ser observadas na formação profissional em Jornalismo. Com o novo milênio, podemos lembrar das mudanças impostas pela digitalização da comunicação e da informação, os novos modos de consumo e produção de informação, além da crise comum aos modelos de negócio jornalísticos, cujo principal resultado é evidenciado pela precarização das condições de trabalho e o enxugamento de profissionais na redação. A partir de 2009, houve a queda da obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional, e recentemente, em 2015, a entrada em vigor das Diretrizes Curriculares Nacionais em Jornalismo, documento aprovado pelo Conselho Federal de Educação do Ministério da Educação em fevereiro de 2013.

Estima-se que, na atualidade, o Brasil possui 330 cursos de Jornalismo⁴ espalhados por todas as regiões do País. As diretrizes são o principal documento norteador para a elaboração dos projetos pedagógicos dessa amplitude de cursos. Este documento indica, por exemplo, que com o curso em Jornalismo o concluinte esteja

apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social (BRASIL, 2013⁵).

A abordagem de gênero nos processos jornalísticos não é claramente explorada pelas Diretrizes, mas consta a recomendação de que a ética e os valores que interessam à sociedade brasileira e aos jornalistas são partilhados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Como agente da cidadania, o jornalista deve ter entre suas competências a compreensão e valorização das conquistas históricas de cidadania: os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social, o pluralismo de ideias e o regime democrático, assim como possuir abertura para compreender e interagir com a diversidade humana.

As diretrizes garantem a liberdade curricular para os cursos, de selecionar, propor, denominar, e ordenar as disciplinas do currículo, mas de alguma forma, mesmo sem expressar claramente, posiciona o debate de gênero como significativo à formação no eixo de formação humanística. Os projetos pedagógicos dos cursos devem atender seis

⁴ Estimativa proveniente dos dados do Censo da Educação Superior de 2017, elaborado pelo INEP. Disponível: <<http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em 10 jan. 2019.

⁵ Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo, disponível em: MEDITSCH, Eduardo. *Pedagogia e pesquisa para o Jornalismo que está por vir* – a função social da Universidade e os obstáculos para a sua realização. Florianópolis: Insular, 2012.

eixos de formação: humanística, específica, contextual, profissional, de aplicação processual e de prática laboratorial.

Nesse sentido, encontra-se, principalmente, como conteúdo opcional, disciplinas que abordam diretamente as contribuições e reflexões dos estudos de gênero para o campo do jornalismo, o que acompanha a proposição da UNESCO (2013), por meio do documento *Model Curricula For Journalism Education*, de competências e temáticas que merecem análise crítica durante a formação em jornalismo. Nele, aponta-se que o ensino em jornalismo deve ser o mais sensível possível à reflexão de gênero, particularmente, em relação a como compreendemos e construímos socialmente as narrativas jornalísticas. Indica-se 10 tópicos para o ensino de jornalismo e gênero: 1. A perspectiva de gênero; 2. Jornalismo como atividade generificada; 3. Estereótipos e vieses de gênero; 4. Critérios de noticiabilidade; 5. A linguagem da mídia; 6. Revistas femininas; 7. O tratamento jornalístico para homens e mulheres no noticiário político; 8. Jornalismo na TV e gênero; 9. Jornalismo no rádio e gênero; e 10. O futuro das práticas jornalísticas.

A professora Linda Steiner (2017), da *Philip Merrill College of Journalism*, por meio da Enciclopédia de Pesquisa em Comunicação de Oxford, acaba por enquadrar os estudos de gênero no jornalismo em dois caminhos: (a) gênero nas redações (oportunidades e desigualdades, relações de poder) e (b) representações de gênero nos materiais jornalísticos.

Frente a tais tratamentos, como foco de análise, iremos explorar as disciplinas ofertadas em 2018 aos estudantes de jornalismo pelas seguintes instituições e que tratam diretamente de questões de gênero: Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), conforme quadro abaixo:

Quadro: Conteúdo de Gênero nas Instituições de Ensino Superior (IES) selecionadas

DISCIPLINA	IES	LOCALIDADE
Gênero e Jornalismo	Universidade Federal de Ouro Preto	Minas Gerais, Sudeste
Gênero, Mídia e Educação	Universidade de São Paulo	São Paulo, Sudeste
Comunicação e Gênero	Universidade Federal do Paraná	Paraná, Sul
Jornalismo e Gênero	Universidade Federal de Santa Catarina	Santa Catarina, Sul

Fonte: elaborado pelo autor.

Optou-se pela consulta das ementas, conteúdos programáticos e referências bibliográficas em busca de compreender quais perspectivas de gênero são adotadas, quais vertentes e autores são consultados e quais óticas dão dimensão das interfaces possíveis entre gênero e jornalismo, que são apresentadas na formação dos estudantes de jornalismo dessas instituições.

Na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), no Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social, o curso de Jornalismo oferece a disciplina "Gênero e Jornalismo"⁶. Com carga horária semanal de 4 horas e total de 72 horas, o programa da disciplina informa que o estudante será apresentado aos fundamentos teóricos e perspectivas metodológicas dos estudos de gênero no âmbito da comunicação. Para isso, o curso terá como dimensões a construção e as representações do feminino nos produtos jornalísticos e a relação entre os estudos de comunicação e as questões de gênero no universo jornalístico.

A disciplina se atém a abordar o panorama histórico dos movimentos feministas, os conceitos de sexo, gênero, corpo, sexualidade

⁶ Os dados da disciplina da UFOP podem ser consultados online. Disponível em: <<https://goo.gl/5tDHPb>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

e heteronormatividade. Dialoga com o conceito de alteridade, o lugar do feminismo diante do estruturalismo, dos estudos culturais e dos pós-estruturalismo. Apresenta ainda diálogos com a teoria queer. Entre os autores e autoras da bibliografia estão Heloísa Buarque de Hollanda, Rubin Gayle, Judith Butler, Donna Haraway.

É por meio de "*Mulher de papel. A representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*" e de "*Imprensa femininã*", de Dulcilia Buitoni; "*Elas ocuparam as redações. Depoimentos ao CPDOC*", de Alzira Alves de Abreu e Dora Rocha; "*Os Estudos Feministas de Mídia: uma trajetória anglo-americana*", de Márcia Rejane Messa – que a disciplina espera alcançar um debate sobre o papel do jornalismo na conservação ou subversão das desigualdades de gênero.

É interessante notar que a disciplina irá remontar a trajetória dos estudos que identificam a instabilidade das categorias analíticas da teoria feminista e de gênero, mas possui uma unidade para debater mulher e cultura, mulheres jornalistas e a representação das mulheres em diferentes suportes midiáticos. Nessa etapa, parece se valer da centralidade da categoria mulher e pouco se atém aos estudos sobre as masculinidades. Há ainda espaço para debater as construções midiáticas da diversidade de gênero como desvio e a representação da homossexualidade na imprensa, mas não se encontra uma reflexão sobre o fazer jornalístico de pessoas LGBT (como profissionais ou sobre a história da mídia LGBT).

Na Universidade de São Paulo (USP), também com 4 horas semanais, mas com carga horária total de 120 horas, é ofertada a disciplina "Gênero, Mídia e Educação"⁷ pelo Departamento de Comunicações e Artes, onde está alocado o curso de Educomunicação. Os

⁷ Os dados da disciplina da USP podem ser consultados online. Disponível em: <<https://goo.gl/3jZTXS>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

estudantes do Departamento de Jornalismo e Editoração, assim como demais alunos da Escola de Comunicações e Artes (ECA), podem realizar o curso como disciplina eletiva.

A disciplina tem como o intuito apresentar a área de estudos de gênero, e a relação destes estudos com a interface comunicação e educação. Também busca situar parte da importância do gênero como conceito e como instrumento responsável por reflexões teóricas sobre a reafirmação e a construção das diferenças de gênero, tanto nos espaços educativos, quanto na mídia, ambos espaços hegemônicos de construção e de divulgação das representações sociais.

A disciplina se vale da mídia, como espaço de apresentação de sujeitos genericados por meio de estereótipos, e a escola, como fundamental espaço onde se opera uma afirmação dos papéis de gênero. Entre os teóricos aplicados estão: Helena Altmann, Simone Beauvoir, Kimberlé Crenshaw, Raewyn Connell, Guacira Lopes Louro, Joan W. Scott e Claudia Vianna.

O conteúdo proposto busca uma apresentação panorâmica sobre os estudos de gênero e dessa maneira produzir articulações com os campos da comunicação e da educação. É interessante notar que uma preocupação com as intersecções entre gênero e raça e o debate contemporâneo sobre políticas educacionais que envolvem gênero.

Do campo da comunicação se apresenta além da obra inaugural de Dulcília Buitoni, "*A temática das relações de gênero nos estudos de comunicação*", de Ana Carolina Escosteguy; "*Gênero em Discursos na Mídia*", de Nara Widholzen e Suzana Funck, "*Angela Merkel e Dilma Rousseff: fluxos migratórios e processos de framing nos jornais Público e Folha de S. Paulo*", de Helena Lima, Miriam Cristina Carlos Silva e Monica Martinez; e "*Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias*", de Marcia Veiga da Silva.

Na Universidade Federal do Paraná (UFPR), no Setor de Artes, Comunicação e Design, o curso de Jornalismo oferece como conteúdo optativo a disciplina "Comunicação e Gênero"⁸, com 2 horas semanais e uma carga total de 30 horas. A ficha com a ementa da disciplina informa que nela haverá a leitura de obras que abordam os estudos de gênero, fazendo debates sobre a conjuntura atual e a relação com a área da comunicação social.

Na bibliografia básica se encontra as obras de referência de Simone Beauvoir – "*O segundo sexo*" - e de Judith Butler – "*Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*". Entre os demais conteúdos constam títulos que debatem as imagens de beleza e a história das mulheres brasileiras. A disciplina não evidencia como serão suscitadas as reflexões em torno da comunicação e do jornalismo. Não deixa claro se o aporte teórico irá ao encontro com alguma produção sobre gênero elaborada por pesquisadores e pesquisadoras que compreendem as especificidades dos estudos em jornalismo.

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Centro de Comunicação e Expressão, por meio da graduação em Jornalismo, oferta a disciplina "Jornalismo e Gênero"⁹, cuja carga horária total é de 72 horas. De forma mais detalhada, o resumo da disciplina apresenta entre os conteúdos disponíveis reflexões sobre os estudos de gênero, mídia e jornalismo. Linguagem, diferença e desigualdade. Gênero e relações com cultura, identidade, poder e demais marcadores sociais da diferença (sexualidade, raça, classe, etnia e geração).

No curso catarinense, os estudantes de jornalismo são convidados a refletir sobre a construção sociocultural das relações de gênero, a partir

⁸ Os dados da disciplina da UFPR podem ser consultados online. Disponível em: <<https://goo.gl/k9iZZk>>. Acesso em 10 jan. 2019.

⁹ Os dados da disciplina da UFSC podem ser consultados online. Disponível em: <<https://goo.gl/je8h9C>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

das diferentes perspectivas teóricas, práticas culturais e discursivas que evidenciam as relações de poder. Compreender as tendências contemporâneas dos movimentos feministas e a se sensibilizar acerca da produção de sentidos sobre a violência de gênero através dos conteúdos midiáticos, observar o jornalismo como instrumento de manutenção das desigualdades ou como agente transformador das relações de gênero.

Nota-se uma preocupação com as interseccionalidades, com um debate sobre as masculinidades e as identidades trans, assim como ter um conteúdo programático que analisa o jornalismo também como elemento de resistências e transgressões na perspectiva de gênero.

O referencial bibliográfico da UFSC dialoga com as contribuições de Berenice Bento, Peter Fry, Edward Macrae, Stuart Hall, Guacira Lopes Louro, Iara Beleli, Pierre Bourdieu, Judith Butler, Angela Davis, Kimberlé Crenshaw, Michel Foucault, Anne McClintock, Linda Nicholson, Larissa Pelúcio, Adriana Piscitelli, Miriam Pillar Grossi, Tomaz Tadeu da Silva, Rubin Gayle e Joan Scott.

Com leituras amplas, o conteúdo que versa diretamente sobre jornalismo também está lá por meio de "*Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha*", de Pâmela Stocker e Silvana Dalmaso; "*Masculino, o gênero do jornalismo*", de Marcia Veiga da Silva; "*Mulher de papel*", de Dulcília Buitoni, além de conteúdos sobre televisão, telenovela e propaganda.

Entre incertezas, considerações pontuais

Diante dos planos de ensino das quatro universidades, inicialmente, o que foi possível tatear é uma variedade de modos de introduzir junto aos discentes os estudos de gênero em debate com a comunicação, a mídia e o jornalismo. As quatro iniciativas consultadas fazem uso de diferentes aportes de gênero, mas com um objetivo em comum: procuram

apresentar as teorias de gênero e os modos como o jornalismo faz uso de concepções de gênero para narrar e representar os acontecimentos do mundo. Em alguns casos, percebe-se pela proposição da disciplina, no que é documentado nas ementas, que os docentes responsáveis possuem diferentes trajetórias e envolvimento com a pesquisa em gênero.

Certos aportes teóricos são frequentemente aplicados pelo status de reconhecimento no campo científico e em alguns casos se perde a dimensão das pesquisas e estudos que diretamente dialogam com o jornalismo e a mídia, é o caso da UFOP e da UFPR. É interessante notar ainda a incorporação de debates com um viés interseccional e o deslocamento de gênero da categoria mulher, de modo que no ensino-aprendizagem possa se articular interpretações sobre a construção midiática das masculinidades, da heterossexualidade e das identidades LGBT. Ações mais visíveis nos conteúdos ofertados pelas USP e pela UFSC. No entanto, as relações entre o conteúdo disciplinar e o processo relacional e de ensino-aprendizagem na sala de aula não são diretas. Em todos os casos citados, os estudantes de jornalismo podem ter experiências enriquecedoras ao se propor reflexões sobre a produção jornalística e os estudos de gênero.

Em suma, por aproximação com a proposta da UNESCO, entende-se que nessas disciplinas há uma tendência a se abordar a perspectiva de gênero e de trazer à cena a construção cultural e histórica dos feminismos; o jornalismo como tecnologia de gênero; e os estereótipos e vieses de gênero na mídia, mas não se alcança ainda estudos atuais e específicos em jornalismo e mídia. Caminha-se mais pela crítica das representações dadas nos materiais jornalísticos. Não se percebe ainda debates em torno da feminização da profissão, da potência do jornalismo feito por grupos desprestigiados e deslegitimados ou investimentos nos diálogos de gênero no eixo sul-sul e no espaços latino-americanos.

Todavia, estamos a caminhar para perceber que gênero afeta os modos de pesquisar, de encontrar, de enquadrar e de escrever histórias jornalísticas e que é necessário disputar o peso masculino, branco, heterossexual e cisgênero na elaboração cotidiana das notícias.

Referências

- BUITONI, Dulcilia Schroeder. Revistas femininas: ainda somos as mesmas, como nossas mães. **Communicare** – Dossiê Feminismo, v. 14, ed. 1, 1º sem. 2014.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COMISSÃO DE ESPECIALISTAS. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo: Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação. In: MEDITSCH, Eduardo. **Pedagogia e pesquisa para o Jornalismo que está por vir** – a função social da Universidade e os obstáculos para a sua realização. Florianópolis: Insular, 2012.
- DARDE, Vicente William da Silva; MORIGI, Valdir José. Diversidade sexual no jornalismo brasileiro: um estudo sobre as representações da população LGBT nos jornais Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo. **Brazilian Journalism Research** – Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo (SBPJor), v. 8, n. 1, p. 149-165, 2012.
- GONÇALVES, Gean Oliveira. **Signo da diversidade**: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT. 2017. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação), Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- GONÇALVES, Gean; MEDINA, Cremilda. Signo da relação e os desafios das narrativas jornalísticas sobre as LGBT. **Brazilian Journalism Research** – Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo (SBPJor), v. 14, n.1, p. 56-77, abr. 2018.
- GONZATTI, Christian. **Bicha, a senhora é performática mesmo**: sentidos queernas redes digitais do jornalismo pop. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo - RS, 2017.
- LAGO, Claudia. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do "Outro" no jornalismo. **Brazilian Journalism Research** – Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo (SBPJor), v. 11, n. 2, 2014.

MACHADO, Felipe Viero Kolinski. **Homens que se veem**: masculinidades em *Junior* e em *Men's Health Portugal*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo - RS, 2017.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação**: comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente, narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, jan. 2000. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Gender: a useful category of historical analyses. **Gender and the politics of history**. New York, Columbia University Press, 1989.

STEINER, Linda. Gender and Journalism. **Oxford Research Encyclopedia of Communication**. London, Oxford University Press, 2017. DOI: 10.1093/acrefore/9780190228613.013.91

STOCKER, Pâmela Caroline. **Jornalismo e gênero**: produção e disputa de sentidos nos discursos dos leitores. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. **Genealogias dissidentes**: os estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação do Brasil (1972-2015). Tese (Doutorado em Comunicação e Informação), Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

UNESCO. **Model curricula for journalism education**: a compendium of new syllabi. UNESCO Series on Journalism Education. Paris, 2013.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

